



GT 64. Olhares Antropológicos sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Coordenador(es):

Renata Menasche (PPGAnt/UFPeI e PGDR/UFRGS)

Janine Helfst Leicht Collaço (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Necessidade de primeira ordem, o ato de comer é também fato econômico, social e cultural. Assim, ainda que inserida em rotina e aparente monotonia, a ingestão de alimentos não é ação neutra, revestindo-se de sentidos e valores, que se concretizam em escolhas e práticas alimentares. Comer é, também, ato político. Em 2014, após uma década em que o combate à fome orientara a agenda de políticas públicas, o Brasil deixou de constar do Mapa da Fome, quadro que, desde 2016, com a redução dos gastos sociais do governo, vem retrocedendo. Segundo a legislação brasileira, a Segurança Alimentar e Nutricional “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. É nesse quadro que este Grupo de Trabalho pretende provocar a reflexão, estimulando, a partir da Antropologia, a problematização de noções que constituem o marco conceitual do debate em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, acolhendo especialmente estudos etnográficos que abordem questões atinentes a classificações da alimentação e outras que possam iluminar, a partir de perspectivas de distintos grupos, critérios que falam de gênero, qualidade da comida, de fome, de obesidade, de saudabilidade, de sustentabilidade etc.

Reflexões sobre soberania alimentar e produção orgânica em Curitiba

Autoria: Adriano Iwaya Taques (UFPR - Universidade Federal do Paraná)

Este work propõe partir da reflexão tomada de resultados parciais de minha pesquisa de mestrado na área de Antropologia, com suas interfaces voltadas, neste artigo, aos entrelaces entre as ruralidades e o tema da Soberania e Segurança Alimentar Nutricional. A pesquisa tem como objetivo acompanhar a construção do evento realizado semanalmente, da Feira de Produtos Orgânicos do Passeio Público, na cidade de Curitiba-PR, percorrendo os caminhos rotineiros de famílias de produtores rurais agroecológicos que se deslocam cotidianamente entre seus sítios localizados na região metropolitana da capital paranaense e a feira localizada no centro da cidade, notando para existência de um circuito agroecológico nesta região. Neste artigo, pretendo enfatizar os imbricamentos entre a existência deste circuito com a necessidade contemporânea de se atingir um contexto de Segurança e Soberania Alimentar. Para isso observo processos como a transição para ou adoção da agroecologia como modo de produção, da temática da intoxicação por agrotóxicos, dos trâmites burocráticos requisitados para atuação em um mercado de produtos orgânicos em face dos cultivares inseridos no modelo convencional acompanhando de perto o work de produtores que decidiram por não utilizar dos insumos químicos em suas plantações, e a importância das feiras urbanas nesses processos, refletindo ainda sobre os entrelaces gerados pelas relações de consumo produzidas pela economia agroecológica atualmente.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: